

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

NÍBIKÍBI IGBE KAN DÚDÚ: CURRÍCULO E CULTURA NEGRA (EN)TRELAÇADOS AO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Mille Caroline Rodrigues Fernandes¹

Eixo Temático 17: Currículo Escolar, Cultura, Gestão, Organização do trabalho pedagógico

Resumo

Este artigo nasceu de um projeto de Educação pensado como proposta de implementação da Lei 10.639/03 e desenvolvido como formação para os professores e coordenadores das Escolas Municipais da cidade de Nazaré/Bahia. O objetivo deste trabalho foi (re)pensar a educação escolar, tendo a Cultura Negra como uma forte inspiração curricular, em que o processo de ensino-aprendizagem mobilize as relações formativas, orientando-as para as múltiplas referências identitárias que compõem o fazer educativo como um processo de desenvolvimento humano. Assim sendo, trabalhar concepções da cultura africano-brasileira, alicerçada às práticas pedagógicas, hoje, é recuperar o universo simbólico africano, seu repertório ético de valores que (re)inauguram e (re)organizam o debate da Educação a serviço da diversidade, tendo como grande desafio a afirmação e a revitalização da auto-imagem do povo negro.

Palavras-chaves: Educação. Cultura Negra. Currículo.

Resumen

Este artículo nació de un proyecto de Educación, pensado como propuesta de aplicación de la Ley 10.639/03 y desarrollado como capacitación a los maestros y coordinadores de las Escuelas Municipales de la ciudad de Nazaré/Bahia. El objetivo de este trabajo fue (re)pensar en la educación escolar, teniendo la Cultura Negra como una fuerte inspiración curricular cuyo le proceso de enseñanza-aprendizaje movilize las relaciones formativas, dirigiéndolas para las múltiples referencias identitárias que componen la educación como un proceso de desarrollo humano. Por lo tanto, trabajar las concepciones de la cultura Africano-brasileña, entrelaçados en las prácticas pedagógicas, hoy en dia, es recuperar el universo simbólico africano, su repertorio ético de los valores que (re)inauguran y (re)organizan el debate sobre la educación en el servicio de la diversidad, teniendo como grand desafio la afirmación y la revitalización de la autoimagen de los negros.

Palabras-claves: Educación. Cultura Negra. Plan de Estudios.

ÀGO LÓNA, ILÉ ÈKO²: Os primeiros sentidos...

(...) Talvez conviesse recomeçar tudo (...) reinterrogar o solo, o subsolo, os rios – e por que não? O sol (...) A discussão do mundo colonial pelo colonizado não é um confronto racional de pontos de vista. Não é o discurso sobre o universal, mas a afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta (FANON, 1968, p.31).

A educação concebida para os povos que tiveram seus destinos sobredeterminados pelo impacto dos valores do mundo neocolonial-imperialista, sempre esteve amarrada à dinâmica do crescimento e produção do capital econômico, que informe sobre as expectativas das demandas do mercado, de onde se desdobra a prescrição homogênea e linear das políticas educacionais voltadas para a formação do sujeito produtor e consumidor, selecionando o que deveria ser colocado ou silenciado no currículo escolar, o que conseqüentemente, deixou de lado os saberes e falares das populações de *arkhé* africana, a qual possui uma dinâmica de educar e de aprender diferente.

O horizonte, que abriremos a partir de agora, pretende aproximar os educadores de uma outra *episteme* que, compreendida na sua complexidade, pode ajudar a desencadear novas elaborações que estabelecem formas de solidariedade e respeito para as distintas experiências, as quais caracterizam as diversidades culturais de *arkhé* africana. É dessa forma que as palavras iniciais de Fanon (1968) nos orienta sobre a possibilidade de (re)pensar o fazer pedagógico e construir outras óticas de compreensão de mundo para além do que está posto e do que por muito tempo foi tido como verdade.

Nesse sentido, buscamos no presente texto apresentar análises de um projeto que vem sendo desenvolvido desde 2010 nas escolas municipais de Nazaré/Bahia, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, o qual propõe uma linha de pesquisa sobre a cultura africano-brasileira, que se desdobra em diferentes projetos para contemplar a formação dos professores da Educação Básica ao Ensino Fundamental II, da rede pública municipal, tendo como objeto central o estudo das relações entre Educação e Cultura Negra em diferentes espaços educativos, incorporando, de maneira crítica, a questão das diferenças culturais, na pluralidade de suas manifestações e dimensões, e, oferecendo elementos para que o currículo escolar contemple as práticas didático-pedagógicas destes professores.

Ao trazermos a Cultura Negra (en)trelaçada ao Currículo como elemento construtivo no processo de ensino-aprendizagem, procuramos refletir sobre uma educação acessível a todos, que respeite as peculiaridades humanas, e que parta do pressuposto de que seja necessária uma mudança na transmissão de conhecimentos no âmbito escolar, uma reformulação do ato educativo, buscando localizar o conceito e o processo da educação no contexto das coletividades dos sujeitos próprios da cultura negra e da relação destes com os espaços sociais.

Em linhas gerais, neste projeto de formação de professores, o qual intitulamos **MAKALÉ³**: Construindo Novas Práticas Pedagógicas através da Cultura Negra, discutimos que além de um direito, a educação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento humano, bem apresentado nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), onde a educação escolar corresponde a um espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura. É importante salientar, que na elaboração deste projeto tivemos o cuidado com possíveis deturpações sobre a cultura negra, transmitidas pela educação neocolonial, que por muito tempo solapou as identidades das populações africano-brasileira. Cada ação efetivada no projeto tem como reflexão que “as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias” (GOMES, 2001.p. 86). Muito embora esta afirmação nos pareça contraditória, porém, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incidir no problema da homogeneização em detrimento ao reconhecimento das diferenças.

Assim, ao compreendermos o conceito e o processo da educação no âmbito das coletividades das pessoas negras e de sua relação com os espaços sociais, torna-se indispensável a discussão da educação a serviço da diversidade, tendo como desafio a afirmação da igualdade e a revitalização da auto-imagem do povo negro.

É imperativo acrescentar o debate sobre a cultura negra nas práticas escolares, o que supõe, de certa forma, uma luta contra todas as formas de preconceito, discriminação e desigualdade. Dessa forma, o projeto **Makalê** representa um pouco da cultura negra vivida pelo povo nazareno, descendente dos africanos escravizados. Uma cultura que traz consigo lições de vida através da memória, dos falares e fazeres desta população e que serve como subsídio didático-pedagógico usado para enriquecer as aulas dos professores de Nazaré.

Com o intuito de valorizar e compreender a *Arkhé* africana na cidade de Nazaré, o projeto foi motivado pela busca de respostas a questões como: Qual seria a melhor forma de incluir um estudo sobre a história e cultura afro-brasileira em Nazaré? O que significa ações curriculares “atravessadas” pela perspectiva da cultura negra? De que forma essa perspectiva

está penetrando esta área de conhecimento? Que elementos básicos devem ser considerados na realização de um processo de (re)significação de *atos de currículo* nessa perspectiva?

Para desenvolver este trabalho foi feito um levantamento bibliográfico de pesquisadores que se dedicam a valorizar a *arkhé* africana (LUZ, 1999a; 2003a; 2003b); (LUZ, 2000); (CAVALLEIRO, 2011); (GOMES, 2001); (CUNHA, 2008) e sua influência na cidade de Nazaré. Foram estudos e descobertas que aprofundaram a valorização de “saberes” oriundos das culturas e tradições que a diáspora negra trouxe para o Brasil, suas ações essenciais à vida humana e como estas ações estão inseridas em nosso cotidiano. A nossa principal preocupação era não incorrer no erro salientado por Gomes (2001): o problema da homogeneização.

A Lei 10.639/03⁴, a qual inclui no Currículo Oficial e torna obrigatório o Ensino de História e das contribuições da cultura de matriz africana nas escolas brasileiras, tem gerado inúmeros debates sobre novas estratégias de se promover práticas identitárias em sala de aula. Mesmo sendo direcionada ao ensino da história do negro e de sua contribuição, o ensino que a Lei determina não se restringe à disciplina de História, muito menos ao conteúdo específico desta disciplina, mas acreditamos que a produção do conhecimento relacionada à contribuição do negro seja matéria para toda e qualquer disciplina onde o homem seja a grande questão a ser incessantemente formulada. Neste enfoque, voltado a discutir o (en)trelamento da Cultura Negra ao Currículo, nos apoiamos em Macedo (2007; 2010); Moreira e Silva (1995); Silva P. (1993).

De acordo com a abrangência e a complexidade dos questionamentos elencados para a elaboração e desenvolvimento da pesquisa, bem como a riqueza dos materiais obtidos para a construção desse projeto que valoriza a pessoa social, cultural e humana, buscamos subsídios teóricos na pesquisa de cunho etnográfico baseada no nível macro na perspectiva de um enquadre descritivo-analítico (GEERTZ, 1990), tendo como suporte metodológico a história oral (THOMPSON, 1998); (MEIHY, 2000), no qual os pais, os avós dos jovens e moradores de Nazaré foram os sujeitos deste trabalho.

Enfim, coube a este artigo apresentar uma análise parcial dos dados históricos e culturais da cidade de Nazaré, elencando as táticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores municipais e criar possibilidades de outros educadores terem acesso a esta escrita, que mostra como é importante e possível, dentro do ambiente escolar, a Cultural Negra (en)trelar-se ao Currículo.

Nazaré, um breve histórico de influência africana

produção da farinha de mandioca e a participação da cidade na alimentação das tropas militares no processo de Independência da Bahia, a cidade recebeu o codinome de Nazaré das Farinhas.

Nazaré encontra no engenho, a fórmula originária de seu povoamento em 1593, às margens do rio Jaguaripe. Uma estrutura social que está presente na formação de muitos dos primeiros núcleos urbanos do interior da Bahia. Vale salientar, que pela proximidade a cidades, nas quais a influencia de etnias indígenas era marcante, os lugares em Nazaré e próximo a esta cidade ganha diversos nomes de origem *Tupi-guarani*, a exemplo do rio Jaguaripe, cujo nome significa “Rio da onça”.

Para a cidade de Nazaré, ser somente um engenho não bastava, então, ao agregar ao engenho, o porto e o entreposto fluvial apareciam as condições para se formar a vila da Constitucional cidade de Nazaré, defendendo a autonomia municipal da força política organizada pelos seus moradores. É importante enfatizar, que “no último terço do século XIX e primeiro do século XX, a vida urbana de Nazaré girou em torno de dois pólos: o porto e a estrada de ferro” (SANTOS, 1958.p. 305-320). Desde os primeiros decênios da independência nacional, Nazaré prosperou de forma acentuada, tendo como sustentáculo o trabalho escravo, desde o trabalho na lavoura, na indústria agrícola, e na construção do patrimônio material através de sua arquitetura municipal.

Fazer referência ao importante contexto histórico, o qual a cidade de Nazaré se constituiu nos leva a pensar sobre a presença marcante dos negros escravizados seja na construção social, política, econômica ou seja nos significados das tradições culturais deste território que possui marcas, as quais concorrem para fixar o ordenamento simbólico da cidade no espaço-lugar (SODRÉ, 2002).

Este espaço-lugar fala das relações espaciais, dos corpos vivos e dos grupos sociais marcados por símbolos e significados específicos, que trazem em sua essência, a *arkhé*⁶ africana presentes nas festividades como o Trido de Santo Antônio, comemorado à base de licor, mingau, mungunzá e bolo, nos rituais das festas de largo, na “fartura” da Sexta-feira Santa, na devoção a São Roque, no samba de roda, na capoeira, na “brejeirice” do povo que habita esta cidade, nas comunidades-terreiros, que sobreviveram as brutais opressões impostas às práticas de seus cultos, nos falares e na memória do povo, marca indelével na cultura nazarena. Em Nazaré, “as festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo” (BAKHTIN, 1999. p. 7). E estas vivências individuais e coletivas, associadas às festividades possibilitaram o desenvolvimento de um trabalho pedagógico importantíssimo nas escolas deste município.

Vivemos em um país com grande diversidade étnicorracial e podemos observar que existem muitas lacunas nos conteúdos escolares, apontando para a ausência de referências históricas, culturais, geográficas, linguísticas e científicas que deem embasamento e explicações que possam favorecer a construção do conhecimento e a elaboração de conceitos mais amplos, que contribuam para a formação e fortalecimento da auto-estima de nossas crianças, nossos jovens e dos (as) docentes.

A Lei 10.639/03 quando foi sancionada, em virtude da percepção sobre as várias lacunas históricas referentes aos conteúdos escolares ligados à cultura afro-brasileira, aponta para a importância dessa população na construção da identidade brasileira, para além da folclorização ou de datas comemorativas. Seu propósito maior visa à transformação de visões de mundo e mentalidades que favoreçam o respeito às diferenças. Dessa maneira, ao analisar o contexto histórico nazareno, o qual a população se formou, percebemos a necessidade de um trabalho pedagógico calcado em romper com o preconceito em relação a cultura negra, levando em conta que a cidade de Nazaré possui uma ascendência africana muito peculiar.

O projeto *Makalê* valoriza a memória dos nazarenos, correlacionando as festas religiosas, as músicas, as tradições típicas de Nazaré às práticas escolares. Ações que se constituem como *atos de currículo*⁷, emergindo como um processo cultural, ao mesmo tempo, que recria o cotidiano da população nazarena, registra a história da cidade e suas transformações de geração para geração.

Aqui, o que denominamos de *atos de currículo* vem exatamente dinamizar “o caráter relacional e construcionista do processo educativo, transformando em atores/autores curriculares todos aqueles implicados nas ações e tessituras da formação, ou seja, planejadores, professores, gestores, alunos, funcionários, pais, família, comunidade, movimentos sociais” (MACEDO, 2010.p. 34). Um processo educativo, no qual os alunos conseguem se enxergar como protagonistas da história, portadores de uma identidade que expressa na oralidade e na memória a singularidade de uma população dentro de uma nação plural.

***Nívikíbi Igbe Kan Dúdí*⁸: Cultura Negra (en)treçada ao Currículo**

A escola reflete em suas estruturas quer organizacionais, pedagógicas ou administrativas as demandas sociopolíticas e sócio-históricas advindas da sociedade como um todo. Expressam no seu cotidiano as tensões e contradições de um país historicamente marcado pelo racismo e pelas várias formas de discriminação e exclusão social. Por ser uma

instituição do mundo ocidental, a escola busca formar um ideal de homem branco, cristão, monogâmico, heterossexual, um padrão homogeneizante que faz com que a educação escolar se distancie dos sujeitos que não correspondem a esse referencial identitário. Uma diversidade de sujeitos com diferentes crenças, modos de vida e visões de mundo, entretanto, não podem ser tratados de modo “igual”.

Sabemos que a escola oficial de ensino não foi preparada para trabalhar com as diferenças sociais, raciais, econômicas, culturais, políticas, e seu espaço, além de ser competitivo, dualizado e seletivo, durante séculos, absorveu teses racistas, fruto da manipulação do pensamento científico para servir a um processo de subalternização de povos não brancos. Nesse contexto, é importante afirmar que o currículo escolar também tem um papel relevante nesse processo, afinal, o currículo, embora seja uma questão de conhecimento, também é uma questão de poder e identidade (SILVA, 1995).

Nívikíbi Igbe Kan Dúdú (Em cada lugar, um grito negro) é uma metáfora que inaugura este momento de escrita, trazendo uma discussão sobre a compreensão do currículo escolar e da prática pedagógica como demandas inerentes em qualquer discussão que evidencie o caráter político da educação. O grito negro é uma maneira de demarcar no território de educação de base neocolonial, a influência da Cultura Negra (en)trelando-se ao Currículo escolar. Isso, porque é prática comum nas escolas os alunos receberem uma proposta curricular baseada nos valores eurocêntricos criados como um mecanismo de exclusão para silenciar as diferenças sociais, culturais e linguísticas, que deformam, menosprezam e solapam as alteridades nos seus valores mais intrínsecos numa sala de aula.

Este mecanismo de exclusão constrange cada vez mais os jovens em formação, a renegarem suas pessoas como seres culturais na sua essência, com ancestralidade, modos de viver e de falar próprios das suas comunalidades. Isto ocorre, pois “a linguagem pedagógica que lastreia a escola está assentada em valores que constituem a cosmovisão etnocêntrica que procura arrefecer a afirmação do patrimônio simbólico africano-brasileiro” (LUZ, 2003a. p. 66). No entanto, os jovens começam a viver em conflitos com relação à estética de seus cabelos, à sua religião de matrizes africana, preferem não falar em sala de aula, pois são discriminadas por serem “diferentes” do modelo homogêneo, imposto pela escola, o que leva muitos destes jovens a desistirem de estudar.

Nessa perspectiva, foi necessário, portanto, o reconhecimento desses conflitos discriminatórios, criando estratégias pedagógicas através do projeto **Makalê**, o qual envolvesse os educadores de Nazaré no processo de formação, a fim de combater preconceitos, xingamentos e apelidos no interior da escola. Afinal, o complexo debate sobre o

reconhecimento das diferenças precisa enxergar a educação como um espaço político de “luta”. Luta contra a educação e a linguagem dominante, a educação do colonizador; luta contra a inculcação e a legalização do poder, que são reproduzidos nos aparelhos escolares e que exclui os fazeres e os falares da população negra.

O educador que se assume como sujeito da história, participa da “luta” pelo desenvolvimento do povo, envolve-se juntamente com os demais, é engajado nos movimentos sociais, possui uma postura de mudança no seu fazer pedagógico, construindo aparatos de ensino como fonte inovadora na busca pelo conhecimento. “[...] O educador como um sujeito, constrói, em seu agir, um projeto histórico de desenvolvimento do povo, que se traduz e se executa em um projeto pedagógico” (VEIGA, 1996. p. 27), pois se sente desafiado a repensar a sua prática pedagógica, se comprometendo em não reproduzir a estrutura excludente construída ao longo dos anos sob o domínio da cultura europeia e, acima de tudo, reflete sobre que tipo de homem a escola pretende formar, em uma sociedade marcada historicamente pela submissão/exclusão da cultura negra em detrimento a cultura “branca” dominante.

Por sabermos que a educação é um instrumento poderoso nas mãos dos interesses hegemônicos reproduzidos nas escolas, o educador que teve sua formação por muito tempo calcada nesses princípios de reprodução e de eliminação física do “outro”, torna-se objeto da história, sem participação efetiva nas mudanças ocorridas no meio em que vive, e tende a reproduzir este mesmo modelo social, todavia, quando isso ocorre, ele perde a sua identidade e autenticidade, deixa de ser o condutor do processo e passa a ser conduzido pelas tendências externas, transformando-se em um mero reprodutor da educação.

Não foi fácil colocar o projeto **Makalê** em ação, pois houve muita resistência dos professores. Alguns apresentavam uma angústia de não conseguir trabalhar com as crianças e jovens negros, outros professores temiam que discussões sobre religiões de matrizes africanas pudessem surgir e como eles poderiam abordá-las sem que este assunto fosse silenciado/banalizado por outras crenças religiosas defendidas por um outro grupo de crianças e jovens. Estas aflições apresentadas pelos professores é enfatizada por Santomé (1995) quando diz que “[...] as culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários/marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciados, quando não estereotipadas e deformadas para anular suas possibilidades de reação” (SANTOMÉ, 1995.p. 61). Mediante estas diversas inquietações surgidas nos momentos de formação, o entendimento para dar continuidade ao projeto se pautou na reflexão de que ser professor e ser aluno suplanta a relação ensinar e aprender, pois envolve uma gama de aprendizagens imprescindíveis e intensas.

O educador é um ser no mundo, portanto “não é um indivíduo isolado, uma individualidade à parte que permite pareceres limitados numa relação unívoca com a escola e a sociedade” (VEIGA, 2004, p.112) e, sua prática pedagógica não é neutra. Pensar sobre essas perspectivas elencadas acima sugeriu buscar a (re)significação do Currículo, transformando-o em *atos de currículo* na formação do educador, como muito bem pondera Freire (1987), um educador capaz de pensar o mundo à sua volta e se reconhecer sujeito de sua história, consciente de sua inconclusão e sensível para entender e atuar com a diversidade.

(Re)significar o currículo, em potência *práxica* de *atos de currículo* vinculado à formação é ao mesmo tempo, uma maneira de resolução epistemológica para compreendermos o empoderamento do processo de democratização do currículo, como uma experiência que pode ser singularizada e como um bem comum socialmente referenciado. É um processo que se dá a partir da compreensão de que o currículo está assumindo novas configurações, que apontam para o avanço teórico na problematização, na compreensão e na sistematização de novos conhecimentos. Sobremaneira, (en)trelaçar a Cultura negra ao Currículo, significa tornar possível uma proposta educacional que dê vez e voz à diversidade no processo pedagógico. Uma forma de vivenciar a ação da escola para a formação do aluno, segundo uma finalidade social determinada, dando um sentido e um significado que vão além da específica operacionalização do ensino.

Macedo (2010) ressalta que:

Os *atos de currículo* fazem parte da práxis formativa, trazem o sentido de não encerrar a formação num fenômeno extrodeterminado pela mecânica curricular e suas palavras de ordem, por consequência, não vislumbram os formandos e outros atores/autores da formação como meros atendentes de demandas educacionais, tão pouco aplicadores de modelos e padrões pedagógicos. (MACEDO, 2010.p. 35)

A assertiva de Macedo (2010), nos mostra que os *atos de currículo* que não contempla o “outro” em seus cenários culturais diversos impede que as práticas pedagógicas possam trabalhar as diversas culturas existentes em sala de aula, em especial a Cultura Negra. Assim, a proposta pensada para o projeto Makalê visa a formação de uma atitude responsável por todos os educadores envolvidos na ação pedagógica. Tal proposta buscou, sobretudo, evidenciar que a herança cultural negra em Nazaré, não se constituiu num fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral.

Trabalhar essas questões no interior da escola ainda gera muitos conflitos, pois romper com os ranços de preconceito, arraigados na mentalidade de muitos docentes, não é tarefa fácil. Porém, partindo da compreensão de que deveríamos iniciar uma ação educativa, a qual se estendesse não somente aos alunos, mas aos pais e a comunidade onde a escola está inserida, o projeto ganhou uma nova perspectiva.

Em nossos encontros pedagógicos, fomos respaldados por um bom material bibliográfico, publicações de pesquisas na área, artigos, livros, revistas e pelas experiências e vivências dos moradores de Nazaré, principalmente dos mais velhos, no que diz respeito ao modo de trabalhar a terra, de tirar dela seu sustento, no uso das ervas medicinais, nas linguagens gestuais, na música, nas festas, no modo de se divertir, de cantar, contar histórias, dançar e rezar. Esses conhecimentos vêm compondo e contemplando o contexto escolar na cidade de Nazaré, no qual são tecidas as teias de significados que (re)criam incessantemente a cultura e a identidade das crianças e dos jovens negros. O significado pedagógico deste tipo de postura pode ser avaliado à luz de análise feita por Paulo Freire (1975), que propugnava a esperança como valor fundamental para o indivíduo, com a confiança de que pode ser construída uma comunidade de significados em torno de experiências básicas da vida humana de que todos compartilhem.

Podemos perceber que todo o processo que ocorre na tessitura do que denominamos de educação, acontece no interior de um âmbito mais abrangente de processos sociais de interações os quais denominamos: cultura. A história da cultura africana e a história da cidade de Nazaré constituem um conhecimento fundamental que contribui para o reconhecimento das pessoas da cidade não somente como cidadãos plenos, mas como valorização da cultura de cada sujeito, remodelando seus rostos e a alma e (re)configurando o saber local.

Este projeto, uma ação pedagógica, resultou na consolidação de grupos de estudo e reflexões sobre a temática da cultura negra, promovendo momentos de ricas discussões que nos permitiram compreender que uma proposta de educação apropriada para este momento histórico contemporâneo, em que vivemos, deve considerar nossa diversidade cultural e que as bases curriculares não devem transformar um assunto tão relevante em “temas transversais”.

Uma composição de escrita que se conclui, uma prática pedagógica que não se encerra

A escola deve ser um local de diálogo, de aprender a conviver com a própria cultura e respeitar as diferentes formas de expressão cultural (GUSMÃO, 2003.p. 23).

Precisamos compartilhar uma visão da escola como um ambiente que pode ser de felicidade, de sonhar, de respeito, de satisfação, de diálogo, um lugar onde possamos de fato desejar estar. Um lugar de movimento, trocas de vida e axé (energia vital). Lugar potencializador da existência, de circulação de saberes, de aprendizagens provindas da escola da vida, isso porque a aprendizagem não começa com o ingresso da criança na escola, o meio social já atuou sobre ela antes do seu ingresso no sistema escolar.

A abertura do projeto para a apreensão das vivências educativas que compõem as experiências vividas e faladas pelos pais, os avós, os jovens, os moradores de Nazaré e por nós professores pressupõe, também, uma visão de mundo que não comporta as cercas de um currículo como grade, ou de propostas pedagógicas que insistem em reproduzir os saberes europeus, mas como acesso para diversas leituras, diversas práticas que são as práticas de viver e que geram saber, permitindo às crianças e aos jovens negros, não somente da cidade de Nazaré, que se enxerguem como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem, sem perder de vista a sua *arkhé* africana no contexto escolar, uma maneira de valorizar a sua própria história.

Convém lembrar a importância do Currículo, hoje, na formação do educador, no sentido de possibilitar a compreensão da educação como algo capaz de instrumentalizar o homem como ser capaz de agir sobre o mundo e, ao mesmo tempo, compreender a sua ação exercida. É aí que o Currículo surge, pois deve estar atento a tudo que acontece na sociedade sem se esgotar nos aspectos instrumentais, superando a noção de neutralidade técnica e buscando uma compreensão multidimensional do processo ensino-aprendizagem. É uma dinâmica necessária para que a superação das contradições apresentadas pela sociedade atual seja possível, com maior grau de intencionalidade e compreensão dos fins da educação.

Na educação da contemporaneidade, algumas tarefas urgentes se impõem a nós. A principal delas é a de que tenhamos força suficiente para tornar nossa sociedade mais justa e menos seletiva, fazendo da escola um espaço formativo, democrático e, sobretudo, um espaço de convivência com o diferente, sem querer que ele se torne igual. É necessário também ter muito cuidado com as narrativas hegemônicas, que ainda estão arraigadas no currículo escolar e que circundam o universo dos nossos alunos. Precisamos (re)acender novas epistemes que conte a história sob o prisma daqueles que por muito tempo foram aliados e silenciados do processo educacional de ensino: os negros. E isso só será possível a partir do

comprometimento social do professor como sujeito transformador, atitude que definirá seu posicionamento diante do mundo, como sujeito de seu tempo, disposto a participar contra o trabalho humilhante, as exclusões injustas e as distintas formas de preconceito.

O projeto Makalê é um marco na história da educação da cidade de Nazaré. Uma proposição didática inovadora, que brotou como estratégia de insurgência contra um currículo positivista e de desdobramentos neocoloniais colocado para os alunos todos os dias, e que nada tem a ver com sua ancestralidade, nem com sua *Arkhé* africana.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Me chamaram de macaco e eu nunca mais fui à escola. In: **Educação e Afrodescendência no Brasil**. GOMES, Ana Beatriz Souza e CUNHA JÚNIOR, Henrique (Org.) Fortaleza. Edições UFC, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia, saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

_____, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Diversidade, cultura e educação**: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá**: dinâmica africano-brasileira. 2 ed. Salvador: EDUFA, 2000.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. **Abebe**: a criação de novos valores na educação. SECNEB, Editora, Salvador, 2003a.

_____, Narcimária Correia do Patrocínio. **Awasoju**: dinâmica da expansão existencial das diversas contemporaneidades. Salvador: Revista da FAEEBA. N. 12 – jul./dez., 1999a.

_____, Narcimária. **Do monopólio da fala sobre a educação à poética mítica africano-brasileira**. Revista da FAEEBA, UNEB, n.19. v. 12. Jan/jun. 2003b.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Compreender/mediar a formação**: o fundante da educação. Brasília: Liber Livro Editora. 2010.

_____, Roberto Sidnei. **Currículo, diversidade e equidade**: luzes para uma educação intercristica. Salvador: EDUFBA, 2007

MOREIRA, Antônio Flávio & SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Milton. **Nazaré**: um porto ferroviário do Recôncavo Baiano. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo. v. 9. 1958.

SANTOMÉ, J. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz T. Da (org.) **Alienígenas em sala de aula**: uma introdução aos estudos em educação. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Diversidade étnico-cultural e currículos escolares**. Cadernos Cedes. São Paulo. Papirus. nº. 32, 1993.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago. Salvador. Fundação Cultural do Estado da Bahia. 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas – São Paulo: Papirus, 1996.

_____, Ilma Passos (Org.). **Repensando a didática**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Notas

¹Pedagoga/Psicopedagoga, Mestranda em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus I. Pesquisadora do Grupo PRODESE/UNEB – Programa Descolonização e Educação; Pesquisadora de Comunidades Quilombolas pela **Secretaria de Educação do Estado da Bahia**/ Coordenação de Educação para as Relações Étnicorraciais e Diversidade.
E-mail: millecaroline@hotmail.com

² Frase em Yorubá que significa: “**Com licença, Escola, Colégio ou Universidade**”, neste artigo cabe o significado de Universidade.

³ Palavra Yorubá que significa: “**Paz e Amor**”.

⁴ Altera a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

⁵ Histórico de Nazaré. Org. por Prof^o. Lamartine Augusto. 1998.

⁶ Segundo Narcimária Luz (1999.p.49-68), palavra de origem grega, utilizada para interpretar o discurso da comunalidade africano-brasileira, significa (...) princípios inaugurais que imprimem sentido e força, direção e presença a linguagem. Princípio-começo-origem, e princípio-poder-comando. Não se trata, apenas, de referir-se a antiguidade e/ou anterioridade, mas o princípio inaugural, constitutivo, recriador de toda experiência africana.

⁷ Ler MACEDO, 2007.

⁸ Frase em yorubá que significa: **“Em todo lugar, um grito negro”**.